



# Anais da Assembleia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVIII

Emenda à Constituição:

PROPOSIÇÃO Nº 026/92  
PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

SOMULA: Altera o inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o orçamento da Educação".

Art. 1º - O inciso IX do Art. 179 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

Artigo 179 - ...

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 2º - A presente emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) RENATO ADUR, DURVAL AMARAL, ROSSONI, COLOMBINO GRASSANO, NELSON GARCIA, CLEITON KIELSE, ADEMAR TRAIANO, ORLANDO PESSUTI, MARIO BEZERRA, ERONDY SILVERIO, DOBRANDINO DA SILVA, SEVERINO FELIX, NELSON JUSTUS, EURIDES MOURA, ALGACI TOLIO, ELIO RUSCH, COSTENARO NETO, TOTI COLAÇO, OSWALDO TREVISAN, EDSON SILVA LINO e ALCEU SWAROWSKI.

Considerações sobre a alteração da redação do Inciso IX do Artigo 179 da Constituição Estadual - JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO:

- Que a Constituição do Estado do Paraná exclui do montante dos investimentos na manutenção e desenvolvimento do ensino os gastos efetuados com o atendimento do educando através dos programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

- Que a redação do inciso IX do artigo 179 da Constituição do Estado do Paraná "restringe" o que preceitua a Constituição Federal no seu artigo 208, Inciso VII excluindo tais investimentos do Orçamento da educação, (entendido como 25% da receita resultante de impostos a serem aplicados pelos municípios - Art. 212 CF).

- Que os programas de atendimento ao

educando nos diversos níveis de ensino, previsto no Art. 179, Inciso IX são essenciais ao acesso e permanência do aluno na escola.

- Que a universalização do ensino fundamental prevista no Art. 60 ADTC da C.E. efetivar-se-á realmente se for ofertado às populações carentes o material didático-escolar, a alimentação, a assistência à saúde e o transporte escolar, principalmente àqueles habitantes das zonas rurais e periferias urbanas.

- Que os programas suplementares vêm sendo mantidos pelos cofres municipais, beneficiando grande parcela da população, hoje matriculada em escolas estaduais e municipais frequentando o ensino fundamental de 1.ª a 8.ª séries e ensino médio, que não pode prescindir desses serviços.

- Que a oferta do transporte escolar em particular possibilita estender atendimento à maioria dos educandos, proporcionando-lhes maior acesso, garantindo-lhes a permanência na escola (conforme art. 208 da C.F.), tendo como decorrência a redução do analfabetismo além de expansão da oferta do ensino fundamental até a 8.ª série e a possibilidade da progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio, pré-escolar e educação especial.

- Que a oferta ao ensino fundamental e médio à população rural, que se torna viável pela oferta do transporte escolar, interfere na qualidade de vida, melhorando-a e propiciando a permanência do homem do campo, evitando assim o êxodo rural.

- Que o transporte escolar apesar de representar mais um investimento na educação, representa acima de tudo a garantia do acesso e permanência de muitos alunos à escola.

- Que a expressão "sem ônus para o orçamento da educação", tem provocado problemas nos Municípios quando do julgamento das contas municipais pelo Tribunal de Contas, que não tem aceito como despesa em educação os gastos com transporte, alimentação, etc.

Propomos a presente emenda à Constituição Estadual, que corrigirá a distorção e solicitamos o apoio aos nobres Pares para sua aprovação.